



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 23 de março de 2013

DIÁRIO DO AMAZONAS

Senado prorroga nove MPs enquanto os textos finais aguardam votação ..... 1  
POLITICA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Indústria está otimista na aprovação do ICMS com garantia local ..... 2  
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Aumento das importações do PIM eleva em quase 60% a arrecadação da Receita no Porto de Manaus..... 3  
ECONOMIA

## Senado prorroga nove MPs enquanto os textos finais aguardam votação

As prorrogações foram determinadas para que as medidas não perdessem efeito depois de 60 dias

TEXTO Marcos Chagas (Agência Brasil)  
FOTO Jefferson Rudy (Ag Senado)

BRASÍLIA

O presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB-AL), prorrogou por 60 dias a vigência de nove medidas provisórias (MPs). Entre elas está a MP 599, que criou mecanismos para compensar os estados menos desenvolvidos pela unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% nas operações interestaduais, atualmente em debate no Senado.

### MP do desenvolvimento

A MP também cria o Fundo de Desenvolvimento Regional, que tem como objetivo fomentar o crescimento econômico dos Estados, especialmente os das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As novas alíquotas e a redução progressiva do ICMS tramitam paralelamente, definidas por um projeto de resolução do Senado.

Os atos de prorrogação foram publicados na edição de ontem do Diário Oficial da União. Se a prorrogação não fosse feita, as nove medidas provisórias perderiam a eficácia depois de decorridos os primeiros 60 dias de editadas.

### MP do orçamento provisório

Entre as medidas provisórias prorrogadas também está a MP 598, editada pelo governo em dezembro para permitir



**PRORROGAÇÃO**  
Foram prorrogadas nove MPs que estavam prestes a expirar o prazo de 60 dias

Presidente do Congresso, **Renan Calheiros, prorrogou a vigência** de várias MPs para que não perdessem efeito legal

execução de gastos orçamentários no início de ano, porque o Congresso não havia aprovado o Orçamento da União de 2013 antes do recesso legislativo. A norma teve a constitucionalidade questionada pela oposição no Supremo Tribunal Federal (STF).

### MP da construção civil

Outra matéria que os parlamentares terão tempo para debater é a MP 601, que cria incentivos ao comércio varejista e a construção civil. Com a edição da medida, em dezembro de 2012, os dois setores tive-

ram a folha de pagamentos desonerada, passando a contribuir com 1% sobre o faturamento, em substituição ao pagamento de 20% ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

### MP dos auxílios financeiros

Calheiros prorrogou também a MP 603, que trata do reajuste dos valores do Benefício Garantia-Safra e do Auxílio Emergencial Financeiro. Já aprovada pela Comissão Mista do Congresso, a MP depende, ainda, de aprovação da Câmara e do Senado.

### MP dos contratos temporários

Foi ampliado ainda o prazo de análise da MP 602, que autorizou a prorrogação até 30 de junho dos contratos temporários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Também tiveram o prazo de vigência prorrogado por 60 dias, medidas provisórias que abriram crédito extraordinário ao Orçamento de 2012 em favor de várias estatais e órgãos públicos.

### FRASE



### Renan Calheiros. Presidente do Congresso

Agora, ganhamos mais tempo para tratar de todas as pautas"

Sobre as diversas matérias que esperam apreciação e votação nas comissões do Senado.

### MP da energia

Entre as medidas provisórias prorrogadas está também a MP 605, que criou a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Os recursos captados, administrados pela Eletrobras, são destinados ao programa de universalização dos serviços de energia elétrica e ao programa de redução das taxas cobradas aos consumidores de baixa renda.

No plenário, o senador Renan Calheiros defendeu a manutenção das MPs. "Assim, ganhamos mais tempo para tratar de todas as pautas pendentes nas comissões", disse.

A proposta que unifica o valor do ICMS entre os Estados na quota de 4% foi um dos temas mais discutidos no Congresso durante toda a semana.

### Indústria está otimista na aprovação do ICMS com garantia local

“Estamos otimistas com relação à manutenção da excepcionalidade da Zona Franca de Manaus quanto às cas industriais”, disse o assessor da Federação das Indústrias e Centro da Indústria em Brasília, Saleh Mahmud Abu Hamdeh.

A avaliação de Saleh sobre o Projeto de Resolução 01/2013 foi apresentada na reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), realizada na quinta-feira à noite, na entidade.

Para o diretor-adjunto da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Tributários, Moisés Ferreira da Silva, a perda da vantagem comparativa do ICMS dada à Zona Franca de Manaus (ZFM) pode gerar evasão das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Moisés acredita que se ocorrer a redução até os 4%, como está sendo sugerido ao restante dos Estados federativos, o Amazonas deve perder cerca de 80% da arrecadação estadual, além da migração das empresas.

A proposta do governo federal ao Senado, trata da unificação do ICMS em 4% a partir de 2014, contudo o Amazonas continua com alíquota de 12%.

Saleh também destacou a iniciativa quanto ao pleito de 7% do ICMS para os Estados do Norte que, segundo ele, é uma sugestão que não deve avançar. “Não estamos tendo nenhum tipo de resistência à excepcionalidade da ZFM de Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apenas forças contrárias dos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, Minas e Paraná”, disse, lembrando que a matéria será votada ainda no primeiro semestre.

### **Aumento das importações do PIM eleva em quase 60% a arrecadação da Receita no Porto de Manaus**

O aumento das importações das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) refletiu na arrecadação da Alfândega da Receita Federal no Porto de Manaus, que cresceu 59,8% em

fevereiro em relação a igual mês do ano passado, ao totalizar R\$ 104,4 milhões.

Desse total, R\$ 43 milhões foram de Imposto de Importação (II), outros R\$ 7,71 milhões

de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e R\$ 50,4 milhões do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins).

De acordo com o inspetor Osmar Félix, um dos fatores que contribuem para esse resultado positivo é a fiscalização permanente realizada pelos setores da unidade.